

Recesso provoca impasse entre Poderes

Congresso quer passar para Planalto o ônus político da convocação extraordinária em julho

CHRISTIANE SAMARCO

BRASÍLIA — O Congresso quer transferir para o Executivo o ônus político da convocação extraordinária em julho para que o Senado possa votar as reformas econômicas já aprovadas pela Câmara. Indiferente aos apelos das lideranças governistas contra o recesso, o presidente do Congresso, senador José Sarney (PMDB-AP), liquida hoje o impasse, em conversa com o presidente Fernando Henrique Cardoso.

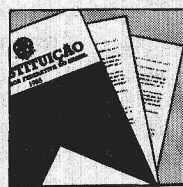
Para bancar uma convocação extra, quando todos os 513 deputados e 81 senadores recebem o salário dobrado — R\$ 16 mil — o Tesouro terá de dispor de R\$ 9,5 milhões. “Não tem jeito; se o Congresso for convocado, temos de bancar este custo”, resumiu Sarney. “Convocação quem resolve é o presidente da República”, sentenciou o líder do PMDB no Senado, Jader Barbalho (PA). Jader admitiu que ninguém quer ser responsável pela “iniciativa formal” da convocação, devido aos custos.

“Quando eu percebi que Sarney insistia no recesso, alertei o Planalto



Wilson Pedrosa/AE

No gabinete do Bandeirantes, aliados aparam arestas



ADIAR
VOTAÇÃO DE
LDO PODE SER
SOLUÇÃO

que o presidente precisava entrar no circuito”, contou ontem um dos líderes do governo. O impasse nasceu da resistência do Legislativo em se autoconvocar, bancando o ônus da iniciativa, ao mesmo tempo em que o Executivo também não vê com bons olhos a idéia de acabar com o recesso à revelia dos políticos. A Câmara, que já votou as reformas e a rigor não terá o que fazer em julho, é majoritariamente contra a convocação, embora

o salário extra fosse bem-vindo.

Preocupados com a repercussão que a convocação extraordinária pode provocar, por causa do salário-extra a que teriam direito, os líderes do PSDB e do governo no Senado apresentaram uma proposta mais barata: adiar a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para prorrogar os trabalhos do Legislativo até que o Senado vote as reformas econômicas. Citam, como justificativa, o artigo 57 da Constituição, pelo qual a sessão legislativa não é interrompida sem a aprovação da LDO. A proposta tem apoio o apoio de pefelistas como o senador José Agripino (RN) e Elcio Alvares (ES), além do tucano Sérgio Machado (CE).

Contra o argumento de que a prorrogação seria exclusiva para votar a LDO, Machado exibiu o relatório de atividades do Senado no ano passado. Não houve recesso em julho de 1994 e os trabalhos do Senado continuaram normalmente até que a LDO foi votada. O relator da lei, senador José Fogaça (PMDB-RS), informou que o projeto tem condições de ser votado até o dia 30. “O adiamento depende de uma decisão política”, esclareceu Fogaça.